

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	23
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	890
Preferenciais	0
Total	890
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 a 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 a 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 a 31/12/2016
1	Ativo Total	215	765	270
1.01	Ativo Circulante	215	765	270
1.01.02	Aplicações Financeiras	35	514	64
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	35	514	64
1.01.03	Contas a Receber	60	142	77
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	60	142	77
1.01.06	Tributos a Recuperar	120	109	129

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 a 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 a 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 a 31/12/2016
2	Passivo Total	215	765	270
2.01	Passivo Circulante	47	109	42
2.01.02	Fornecedores	12	8	5
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12	8	5
2.01.02.01.02	Contas a Pagar	12	8	5
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	77	2
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	54	2
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	54	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	23	0
2.01.05	Outras Obrigações	35	24	35
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35	24	35
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	35	24	35
2.03	Patrimônio Líquido	168	656	228
2.03.01	Capital Social Realizado	890	890	790
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-722	-234	-562

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 a 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 a 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 a 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	96	750	200
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11	-74	-21
3.03	Resultado Bruto	85	676	179
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-336	-312	-560
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-365	-348	-591
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	0	-348	-591
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29	36	31
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-251	364	-381
3.06	Resultado Financeiro	-237	33	36
3.06.01	Receitas Financeiras	18	35	46
3.06.02	Despesas Financeiras	-255	-2	-10
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-488	397	-345
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-69	0
3.08.01	Corrente	0	-69	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-488	328	-345
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-488	328	-345
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,54832	0,36854	-0,43671
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,54832	0,36854	-0,43671

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 a 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 a 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 a 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-488	328	-345
4.03	Resultado Abrangente do Período	-488	328	-345

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 a 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 a 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 a 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-100	-300
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-488	328	-345
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do exercício	-488	328	-345
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	488	-428	45
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicacoes Financeiras	479	-450	2.465
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Contas a Receber	82	-68	111
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	-11	20	-30
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Fornecedores/CP	5	3	-2.409
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Tributos a Recolher	-79	75	-9
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Partes Relacionadas	12	-8	17
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	0	0	-100
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	100	300
6.03.01	Aumento de Capital	0	100	300

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	890	0	0	-234	0	656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	890	0	0	-234	0	656
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-488	0	-488
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-488	0	-488
5.07	Saldos Finais	890	0	0	-722	0	168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	790	0	0	-562	0	228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	790	0	0	-562	0	228
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100	0	0	0	0	100
5.04.01	Aumentos de Capital	100	0	0	0	0	100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	328	0	328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	328	0	328
5.07	Saldos Finais	890	0	0	-234	0	656

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	490	0	0	-217	0	273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	490	0	0	-217	0	273
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	300	0	0	0	0	300
5.04.01	Aumentos de Capital	300	0	0	0	0	300
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-345	0	-345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-345	0	-345
5.07	Saldos Finais	790	0	0	-562	0	228

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 a 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 a 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 a 31/12/2016
7.01	Receitas	125	786	231
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	96	750	200
7.01.02	Outras Receitas	29	36	31
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-237	-239	-438
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-237	-239	-438
7.03	Valor Adicionado Bruto	-112	547	-207
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-112	547	-207
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18	35	46
7.06.02	Receitas Financeiras	18	35	46
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-94	582	-161
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-94	582	-161
7.08.01	Pessoal	112	82	122
7.08.01.01	Remuneração Direta	112	82	122
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27	170	52
7.08.02.01	Federais	22	132	42
7.08.02.03	Municipais	5	38	10
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	255	2	10
7.08.03.01	Juros	255	2	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-488	328	-345
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-488	328	-345

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fundada em janeiro do ano de 2012, a Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Companhia”) está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”).

Seus preceitos, originários da Gaia Securitizadora S.A. (“GaiaSec”), a primeira companhia do Grupo Gaia, são muito bem definidos: qualidade superior, custo menor, agilidade, conhecimento técnico, transparência, independência e inovação.

Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia mais comum de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi realizada 1 (uma) operação de certificados de recebíveis do agronegócio que atingiram o volume de R\$ 114.280.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2017, a Mazars Auditores Independentes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 2018.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Companhia") anteriormente denominada Gaia Florestal S.A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81 e 82, - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, foi constituída em 02 janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio.

2 Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Diretores e Acionistas em 25 de março de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Base de mensuração

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

(d) **Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano.

(e) **Ativos financeiros não derivativos**

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA).

i. Custo amortizado

São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) **Passivos financeiros não derivativos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

(g) **Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")**

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

(h) **Outros ativos e passivos circulantes**

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(i) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

(j) **Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(k) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(l) Apuração do resultado

A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) são reconhecidas por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço.

(m) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil": A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e o ativo de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.

IFRIC 23 - "Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro": A norma procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificados de Depósitos Bancários-CDB	<u>35</u>	<u>514</u>
	<u>35</u>	<u>514</u>

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 93% (93% em 2017) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para setembro de 2021.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Títulos para negociação” e dos “Títulos disponíveis para venda” mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários Valor justo	-	35	-	-	514	-

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	2018	2017
Saldo Inicial	514	64
Aplicação/(resgate)	(497)	415
Receita financeira	18	35
Saldo final	35	514

6 Contas a receber

É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao Patrimônio Separado.

	2018	2017
Valores a receber CRA (*)	60	135
Outros	-	7
	60	142

(*) Valores pagos pela Companhia que serão rateados e reembolsados proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Impostos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ a compensar (a)	93	88
CSLL a compensar (a)	19	18
Outros	<u>8</u>	<u>3</u>
	<u>120</u>	<u>109</u>

(a) Referem-se a Imposto de renda e contribuição social antecipados, que serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

8 Contas a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores nacionais (a)	<u>12</u>	<u>8</u>
	<u>12</u>	<u>8</u>

(a) Refere-se substancialmente a prestações de serviço de terceiros, tais como contabilidade externa, auditoria externa, publicações de balanço entre outros.

9 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, totalmente subscrito é de R\$ 890 (R\$ 890 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 890.148 ações ordinárias nominativas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social era dividido da seguinte forma:

		<u>Quantidade de Ações</u>	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Acionistas	%		
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	890.147	890.147
Outros (a)	0,01%	<u>1</u>	<u>1</u>
Capital subscrito	100%	<u>890.148</u>	<u>890.148</u>

(a) referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Prejuízo básico por ação

De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social, conforme demonstrado abaixo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(488)	328
Média ponderada do número de ações no exercício	<u>890</u>	<u>890</u>
(Prejuízo)/ lucro básico e diluído (R\$)	<u>(0,5483)</u>	<u>0,36854</u>

10 Receita líquida de prestação de serviços

A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Bruta de prestação de serviço	96	750
Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS)	<u>(11)</u>	<u>(74)</u>
Receita líquida de Prestação de Serviço	<u>85</u>	<u>676</u>

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal	(112)	(83)
Despesas serviços de terceiros	(94)	(108)
Despesa com anúncios e publicações	(47)	(50)
Despesas com ocupação	(43)	(28)
Despesa com associações	(33)	(30)
Despesa com taxas	(19)	(22)
Despesas tributárias	(16)	(27)
Perdas com operações	(1)	-
	<u>(365)</u>	<u>(348)</u>

12 Resultado financeiro

A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros	18	35
Juros sobre impostos	(253)	-
Despesas bancárias	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
	<u>237</u>	<u>33</u>

13 Ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há processos judiciais em que a Companhia é parte envolvida.

14 Partes relacionadas

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2018, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

(b) Transações com partes relacionadas

A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora.

Abaixo os saldos gerados entre as transações de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018:

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018		2017	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Rateio de custos (a)	-	(141)	-	(96)
Contas a receber (b)	5	-	-	-
Contas a pagar	(40)	-	(24)	-
Total líquido	(35)	(141)	(24)	(96)

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRA, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.

(b) refere-se a despesas a serem reembolsadas pela controladora, relativos ao reembolso de despesas incorridas no processo de estruturação de operações;

15 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e ao presente exercício social do ano de 2018 a remuneração mensal do valor fixado de um salário mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário.

16 Benefícios aos empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

17 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras da Gaia Agro Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2018, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2018, a Companhia possuía R\$ 35 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras.

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

Risco de liquidez

Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

18 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2018, se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2018, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 6,50% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 4,87% a.a. 3,25% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2018.

<u>Operação</u>	<u>Posição em 31 de dezembro 2018</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	35	CDI	6,50%	4,88%	3,25%
Receita projetada	-	-	2	2	1

19 Demonstrações financeiras - fiduciário

Em 01 de agosto de 2018 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a instrução de nº 600 que dispõe sobre o regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's), onde foram criadas regras específicas para as Securitizadoras que emitem este tipo de papel.

Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas com base no artigo 9º da Lei nº 9.514/97 que permite a Emissora a instauração do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos.

Desta forma as informações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

20 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da Gaia Agro Securitizadora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Agro Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato que em 31 de dezembro de 2018, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 128.000 e que conforme descrito na nota 1 (“Contexto operacional”), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não emitiu novas debêntures. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade normal das operações da Companhia. Entretanto, a Administração da Companhia está trabalhando para uma nova aquisição de carteira de direitos de créditos e aumento de capital para o primeiro semestre de 2019. Esse plano estratégico corrobora a continuidade dos negócios da Companhia em curto prazo, apoiando o plano de continuidade dos negócios, conforme descrito pela Administração na Nota 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Controles sobre a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as Debentures da Companhia

Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 9, a Companhia mantém registrado direitos de créditos financeiros vinculados às suas emissões de debentures, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos financeiros tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira das debentures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos financeiros as correspondentes debentures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debentures em conexão as suas obrigações.

Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos mesmos, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros; (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2019

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

João Paulo dos Santos Pacifico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 (“Companhia”), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017; e

São Paulo, 25 de março de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

João Paulo dos Santos Pacifico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º [REDACTED] (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 (“Companhia”), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

São Paulo, 25 de março de 2018.